PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº0-/2023

Vereador Autor Edson Chiquini

DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE TÍTULO DE CIDADÃ MACAENSE A SRA **FRANCES BARBOZA DA SILVA MANDELLI** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**, no uso de suas atribuições legais,
D E C R E T A:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadã Macaense a Sra. **Frances Barboza da Silva Mandelli**.

Art. 2º A honraria será conferida em Sessão Solene, ou a critério da autora, que poderá ser convocada pelo Presidente da Câmara Municipal de Macaé especialmente para esse fim.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDSON CHIQUINI DA SILVA:00619147709
Assinado de forma digital por EDSON CHIQUINI DA SILVA:00619147709
Dados: 2023.05.12 11:21:36 -03'00'

EDSON CHIQUINI DA SILVA
VEREADOR AUTOR

Justificativa:

Nascida na cidade de Barra do Pirai/RJ, mora em Macaé a 27 anos. Profissional com carreira sólida na gestão de processos públicos e privados com grande habilidade para coordenar, trabalhar em equipe e elaborar peças processuais que estejam em consonância com a juridicidade possui vasta experiência nos setores público e privado, desde 2021 na Irmandade São João Batista e durante oito anos, na Prefeitura Municipal de Macaé, cinco anos na análise de processos administrativos no setor público, elaboração de Pareceres e Respostas Jurídicas, com atuação na Procuradoria Geral do Município de Macaé - RJ - Procuradoria Executiva Administrativa e Residual, Chefe de Departamento de Pessoal, Secretaria de Gestão Pública, um ano de experiência, buscando a melhoria nos instrumentos de controle interno do Órgão Público – compliance, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Acessibilidade - dois anos de experiência,

atuando como Consultora Técnica, elaborando Pareceres Jurídicos, repostas ao Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário, controle dos Processos de Aluguel Social, respostas de Ofícios entre os Órgãos Públicos, dentre outros que possuíam necessidade de análise jurídica.